

2008

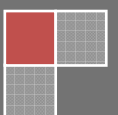
Do Feminismo a Judith Butler

Conferência, Ciclo “Pensamento Crítico Contemporâneo”, Le Monde
Diplomatique / Fábrica Braço de Prata, 5 de Abril de 2008

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2008



Curso Pensamento Crítico Contemporâneo

Le Monde Diplomatique / Fábrica Braço de Prata

5 Abril 2008

Do feminismo a Judith Butler

Miguel Vale de Almeida

0.

Em primeiro lugar quero agradecer o convite e dizer que me dá um grande prazer participar numa iniciativa autónoma de aprendizagem colectiva e promoção do pensamento crítico.

Em segundo lugar gostaria de chamar a atenção para o facto significativo – e já na linha do tema de hoje – de Butler ser a única mulher contemplada neste ciclo; e uma mulher assumidamente lésbica, facto que permeia o seu pensamento.

Em terceiro lugar, não sou filósofo e deparo-me muitas vezes, ao ler textos como os de Butler, com as mesmas dificuldades de compreensão que muitos de vós. O que retiro de Butler traduzo-o à luz das minhas preocupações, que são simultaneamente antropológicas e emancipatórias.

Também por isto convém deixar claro que não sou um “Butleriano” e que o que aqui vou fazer não é uma defesa “da minha dama” (atitude que ela certamente detestaria...); discordo inclusive de algumas ilações práticas e políticas que ela – e muitos dos seus seguidores e até fãs – retiram das suas reflexões. Mas como há uma diferença entre, por um lado, as condições reais em que nos movemos para a mudança e, por outro, a obrigação da reflexão crítica mesmo que vá contra os nossos desejos,

Butler é incontornável no pensamento e na acção em torno do género, da sexualidade e dos sujeitos destas realidades e movimentos.

1.

Os seus livros mais conhecidos – *Gender Trouble* (Problemas de Género, 1990) e *Bodies That Matter* (Cuerpos que importan, 1993) – são representativos daquilo que ela busca na totalidade da sua obra: compreender a formação da identidade e da subjectividade. A sua interrogação do Sujeito é o tema central: através de que processos passam os sujeitos a existir, de que modos são construídos, e como resultam ou falham essas construções. Butler diz que todo o seu trabalho gira em torno de perguntas Hegelianas: qual é a relação entre o desejo e o reconhecimento; como é que a constituição do sujeito implica uma relação radical e constitutiva com a alteridade? Ela descreve o desejo como um esforço incessante para ultrapassar as diferenças externas, as quais no fim revelam ser características imanentes do próprio sujeito. O desejo é definido como um impulso no sentido do conhecimento, da auto-consciência. Hegel dizia que apenas através do conhecimento e do reconhecimento de outrém é que o Self pode conhecer-se a si mesmo. Por isso o desejo é sempre desejo por qualquer coisa Outra, mas que acaba por ser desejo pelo próprio Sujeito. O Sujeito só pode conhecer-se através de Outro, mas no processo de se reconhecer a si mesmo e de se constituir tem que superar ou aniquilar o Outro, sob pena de colocar a sua existência em risco. O Self e o Outro não estão apenas intimamente relacionados, eles são Um e o Outro, e é através do mútuo reconhecimento que cada um passa a existir. Então, o desejo não é uma actividade puramente de consumo como antes caracterizada, mas sim uma troca ambígua em que duas autoconsciências afirmam a sua autonomia simultânea e a mútua alienação.

Não vou, no entanto, concentrar-me neste aspecto, que está bastante elucidado no seu primeiro livro, a sua tese de doutoramento, intitulado *Subjects of Desire* e dedicado ao estudo da influência de Hegel na filosofia francesa do século XX.

2.

Entro sim, e directamente, em *Gender Trouble*, de 1990. Nele, o desejo, o reconhecimento, a alteridade e a constituição do sujeito ainda estão presentes como no primeiro trabalho. Mas *Gender Trouble* vai mais longe, ao concentrar-se na forma como a identidade de género é construída no discurso e pelo discurso. [E aqui convém lembrar o que entendemos por discurso: um modo institucionalizado de pensar, uma fronteira social que define o que pode ser dito sobre um determinado tópico ou, nas palavras de Butler, os limites do aceitável quando se fala de algo]. O livro apresenta formulações teóricas em torno da crítica foucauldiana do sujeito, de leituras das teorias estruturalistas, feministas e psicanalíticas, e da teorização das identidades melancólicas e performativas. O ponto de partida é um ponto de ruptura: as feministas teriam erroneamente partido do princípio da existência de “um sujeito” acriticamente designado por Mulher ou mulheres. *Gender Trouble* questiona isto, propondo ao invés um sujeito-em-processo que é construído no discurso e pelos actos que performa. Butler defende que a identidade de género é uma sequência de actos, mas também defende que não existe um performer ou actor pré-existente e que faz os actos. Por isso estabelece uma distinção entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (não pressupõe um sujeito, antes fá-lo). Abordarei este assunto mais adiante.

O primeiro ponto de inovação em relação ao feminismo da segunda vaga é que Para Butler as feministas rejeitaram a ideia de que a biologia é destino, mas depois desenvolveram uma narrativa da cultura patriarcal que parte do princípio de que os géneros masculino e feminino seriam inevitavelmente construídos, pela cultura, sobre corpos macho e fêmea, tornando outra vez o destino inescapável.

Mais: Butler afasta-se da crença comum de que o sexo, o género e a sexualidade existem em relação uns com os outros. Por exemplo, se se é biologicamente fêmea, é esperado que se demonstrem traços femininos e, num mundo heteronormativo, que se desejem homens. Pelo contrário, Butler reivindica que o género não é natural, pelo que não há relação necessária entre o corpo que se tem e o género. No fundo, ela defende que o sexo afinal foi sempre género.

Para Butler, a crítica feminista deveria analisar como a categoria “mulher” é produzida e limitada pelas estruturas de poder, e não esperar dessas estruturas de poder a fonte de emancipação. Em vez de investir numa crítica do patriarcado, Butler dedica-se ao que ela chama uma genealogia feminista da categoria mulheres. Ela usa “genealogia” no sentido foucauldiano de uma investigação sobre como funcionam os discursos e o objectivos políticos que eles cumprem. Citando-a: “a genealogia investiga o que está em causa politicamente no designar-se como *origem* e *causa* categorias de identidade que afinal são efeitos de instituições, práticas, discursos, com múltiplos e difusos pontos de origem”. A ideia de que o sujeito é um efeito mais do que uma causa é central para a teoria da identidade performativa.

A ideia de que talvez o sexo tenha sido sempre género questiona obviamente a distinção entre sexo e género hoje já bastante estabelecida quer na teoria feminista quer no pensamento das ciências sociais em geral. Butler dispensa a ideia de que quer o género quer o sexo sejam uma substância, argumentando que uma cultura heterossexista estabelece a coerência destas categorias de modo a perpetuar e manter o que a poeta feminista Adrienne Rich designou como “compulsory heterosexuality”. Também a expressão “metafísica da substância” refere a crença generalizada de que o sexo e o corpo são auto-evidentes enquanto entidades naturais. Para Butler, o sexo e o género são construções culturais fantasmáticas, que dão contorno e definição ao corpo.

Há uma secção de *Gender Trouble* que é fulcral para perceber o seu modelo de identidade em que, através de lentes foucauldianas, ela parte da premissa de que o género é um constructo discursivo, algo produzido, e caracteriza a Lei (no sentido

freudiano e laciano) como múltipla, proliferante e potencialmente auto-subversiva, em vez de um modelo proibitivo, singular e rigidamente repressivo. As palavras chave aqui são produção e matriz. O género pode ser caracterizado como uma estrutura, um molde ou uma grelha na qual ou através da qual, o sujeito é moldado.

Butler interessa-se pelas “disposições” referidas por Freud mas em vez de as aceitar como inatas, ela quer saber como é que as disposições “masculina” e “feminina” podem ser localizadas numa identificação. Para ela as disposições são o efeito de identificações com o pai do mesmo ou diferente sexo e não as causas dessas identificações. Ou seja, o desejo não vem primeiro. Enquanto que Freud descreve a formação do ego enquanto estrutura melancólica porque a criança é forçada a desistir do desejo pelos seus pais em resposta ao tabu do incesto, Butler argumenta que o tabu do incesto é precedido por um tabu contra a homossexualidade. Ela afirma que a identidade de género aparece primeiro como interiorização de uma proibição. Uma vez que a proibição é contra a homossexualidade, para Butler toda a identidade de género se funda num desejo ou cathexis homossexual proibido. Se a melancolia é a resposta a uma perda real ou imaginada, e se a identidade de género heterossexual é formada na base de uma perda primária do objecto de desejo do mesmo sexo, segue-se que a identidade de género heterossexual é melancólica.

Butler fala de identificação em termos de interiorização, querendo com isso dizer, com Freud, que o objecto perdido é introjectado e estabelece-se no ego enquanto identificação. Ela pergunta-se onde ocorre a identificação melancólica e conclui que as identificações são incorporadas, isto é, preservadas na superfície do corpo. A interiorização literaliza a perda no corpo, surgindo então como a facticidade do corpo, o modo através do qual o corpo acaba por ter o “sexo” como sua verdade literal. Ou seja: é-se o que se desejou e já não é permitido desejar-se. O que importa aqui é a ideia de que o corpo é um efeito do desejo e não a sua causa. O corpo é uma estrutura imaginada e consequência do produto do desejo.

No entanto, embora concordando com Freud e Lévi-Strauss na noção de que as identidades sexuais e de género resultam de leis e tabus, ela afirma também que a lei

produz as identidades e desejos inadmissíveis que reprime, de modo a estabelecer e manter a estabilidade das identidades de género e sexo aceitáveis – no que é um uso da crítica da hipótese repressiva feita por Foucault. A Lei que proíbe uniões incestuosas ou homossexuais simultaneamente inventa-as e convida-as. A heterossexualidade requer a homossexualidade de forma a poder definir-se e a manter a sua estabilidade.

Vejam agora a questão da performatividade. Butler, como vimos, colapsou a distinção sexo-género de modo a argumentar que não há sexo que não seja desde logo e sempre género, não havendo corpo natural pré-existente à sua inscrição cultural. O género não é algo que se é, mas algo que se faz, um acto ou, melhor, uma sequência de actos, um verbo e não um substantivo. Eis uma famosa passagem: “o género é a estilização repetida do corpo, um conjunto de actos repetidos dentro de uma moldura reguladora rígida, que congelam ao longo do tempo de modo a produzirem a aparência de substância, de um ser natural.” Isto mostra que ela não sugere que o sujeito seja livre de escolher o género que quer colocar em acto.

É aliás por isso que é importante a distinção entre performance e performatividade. A performance necessita de um sujeito pré-existente, a performatividade questiona a própria noção de sujeito. Ela explicitamente liga a sua noção de performatividade à teoria de Austin em *How to do things with words* e à desconstrução dessa teoria feita por Derrida no ensaio “Signature Evenement Contexte”.

Mas se há vinheta pela qual Butler ficou famosa é a que utiliza a imagem do drag em geral e da drag queen em particular. Todo o género é uma forma de paródia, mas algumas performances de género são mais paródicas que outras. Performances paródicas como o drag revelam eficazmente a natureza imitativa de todas as identidades de género, não presumindo um original já que é a própria noção de original que está a ser parodiada. É claro que o problema está em que a subversão e a agência estão condicionadas por discursos a que não podem escapar. Há, de facto, formas de drag que não são subversivas, por ex., Tootsie ou Mrs Doubtfire, pois servem para reforçar as estruturas de poder. Mas a subversão pode existir. Não se

trata da morte do sujeito, mas do surgimento de um novo, caracterizado pela possibilidade de subversão e agência. A construção, diz Butler, não se opõe à agência, e ela recusa a crença de alguns críticos hostis às chamadas formulações pós-modernas de identidade: “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; pelo contrário, estabelece como político os próprios termos através dos quais a identidade se articula”. A subversão deve ocorrer a partir do discurso existente, uma vez que é tudo o que há.

3.

Em *Bodies That Matter* Butler diz claramente que não nega a materialidade do corpo, mas sim que só apreendemos essa materialidade através do discurso. A atribuição de sexo à nascença por exemplo, dá-se através da interpelação: “Pense-se na interpelação médica que (independentemente das actuais ecografias) muda a criança de assexuada para um ele ou ela; nessa nomeação a rapariga é rapariguizada, trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do género”. Ela refere-se obviamente à noção de interpelação de Althusser, no seu exemplo do cidadão que responde à chamada do polícia, tornando-se sujeito nesse momento, pois a existência de ideologia e o apelo ou interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma e a mesma coisa – para ele. Mas a interpelação não pode ocorrer num só sentido. No exemplo de Butler a criança que é sexuada não gira a cabeça na direcção do interpelador. Butler usa o mesmo argumento anterior para revelar como o corpo aparentemente natural acaba por ser um efeito naturalizado do discurso – um corpo como significado, que só pode ser conhecido através da linguagem e do discurso. Butler enfatiza a materialidade da linguagem e a natureza linguística da materialidade. Não se opõem: o corpo é um processo de materialização que estabiliza ao longo do tempo de modo a produzir o efeito de fixidez, de fronteira e de superfície que chamamos matéria.

Acusada de constructivista radical, Butler diz que esta acusação acerta ao lado, já que não percebe o que é uma posição desconstrutivista. Esta não se reduz à afirmação de que tudo é discursivamente construído; Desconstruir é reconhecer e analisar as

operações de exclusão, elisão e abjecção na construção discursiva do sujeito. A construção não é um processo unilateral iniciado por um sujeito, nem o discurso e o poder são actos personificados ou atribuídos a um só agente.

Dizer que o sexo é sempre performativo é dizer que os corpos nunca são meramente descritos, são sempre constituídos no acto da descrição. Quando o médico ou enfermeira declaram “é um rapaz” não estão simplesmente a relatar o que vêem, estão de facto a consignar um sexo e um género a um corpo que não pode existir fora do discurso. Ou seja, é um acto performativo. “É uma rapariga” não é uma afirmação factual mas uma interpelação que inicia um processo de rapariguização, um processo baseado em diferenças percebidas e impostas entre homens e mulheres. Butler refere um cartoon em que a uma criança lhe é atribuído o seu lugar no sistema de sexo-género com a exclamação “é uma lésbica”. Mais do que uma piada essencialista, a apropriação queer do performativo mima e expõe o poder da lei heterosexualizante e a sua expropriabilidade.

Austin falava dos performativos felizes e infelizes, os que resultam e os que não resultam. Derrida vai mais longe dizendo que isso é uma característica intrínseca de todos os signos linguísticos, vulneráveis à apropriação, reiteração ou re-citação. É isto que ele chama a iterabilidade essencial do signo, que não pode ser contido e fechado por nenhum contexto, convenção ou intenção autorial. Os signos, para Derrida, podem ser transplantados para contextos inesperados e citados em modos inesperados, em apropriações e realocações que ele chama “citational grafting”: todos podem aparecer entre aspas, como “sexo”, citados, enxertados (grafted) e reiterados de formas não conformes com a intenção original, por exemplo de um escritor. Isto é constitutivo do signo, e é nisto que Butler pega para falar de paródia e drag e da subversão por dentro. Butler refere-se a práticas subversivas através das quais os performativos de género são “citados”, enxertados noutros contextos. Revelando assim a citacionalidade e o intrínseco – mas necessário e útil – falhanço de todos os performativos de género.

4.

O feminismo deslocou o sujeito ao introduzir a variável de género. E separou sexo de género num gesto com propósitos antiessencialistas. Paradoxalmente, isto poderá ter reforçado uma visão naturalista do corpo e do sexo, assim como deixou em silêncio a questão da orientação sexual. Esta foi pegada, não sem alguma tensão com o feminismo da segunda vaga, pelo movimento LGBT. Também paradoxalmente, este contribuiu para uma sobre-identificação das identidades gay e lésbicas.

Na terceira vaga, teorizações de tipo queer, vindas do campo LGBT e feminista, em que se destaca Butler, vieram questionar a estabilidade dos sujeitos e das identidades. Deslocaram o sujeito mulher e o sujeito gay da política emancipatória; colapsaram sexo e género numa perspectiva discursiva; e abriram a possibilidade do entendimento destes enquanto performatividades.

Quais as consequências políticas? Butler afirmou-se mais do que uma vez contra o essencialismo estratégico. Como a teoria queer, que a reivindica para si. Um dos contributos mais fortes de Butler em *Gender Trouble* é a ideia de que a heterossexualidade emerge de uma homossexualidade repudiada que é preservada na estrutura mesma desse repúdio. A asserção e o repúdio requerem a homossexualidade de modo a se constituírem. Longe de obliterar a homossexualidade, sustentam-se nas estruturas que a proibem. A homossexualidade não é abolida, mas sim preservada precisamente na proibição da homossexualidade. Porque a identidade heterossexual se funda no desejo proibido por membros do mesmo sexo, desejar um membro do mesmo sexo em adulto significa pânico de género ou colocar em risco uma identidade aparentemente estável revelando que não o é. O drag seria uma alegoria da melancolia heterossexual, em que o performer drag masculino assume o género feminino, que repudiou, como possível objecto de amor. Extendendo este paradigma à identidade de género em geral, Butler diz que a lésbica melancólica mais verdadeira é a mulher estritamente heterossexual, e o gay melancólico mais verdadeiro é o homem

estritamente hetero. Ou seja, identidades hetero muito rígidas ou exageradas são sintomáticas de desejo homossexual repudiado numa cultura de melancolia hetero, em que os desejos repudiados retornam como identificações hiperbólicas.

Butler defende que sem uma crítica do sexo como algo produzido pelo discurso, a distinção sexo/género como estratégia feminista de contestação das construções binárias assimétricas de género e heterossexualidade compulsória não terá efeito. Acusada de passividade moral por Martha Nussbaum, que lamenta a retirada das preocupações legais e institucionais que contribuem para ganhos materiais e práticos para as mulheres, versus os movimentos gestuais isolados que encorajam o derrotismo e colaboram com o mal. A isto Butler responde dizendo que levar a sério a opacidade de si perante si mesmo nas deliberações éticas significa interrogar criticamente o mundo social em que nos tornamos humanos e que constitui justamente aquilo que não conseguimos saber sobre nós próprios. Nesse sentido Butler localiza a crítica social e política no centro da prática ética. Em vez de propor uma visão utópica, sem noção de como lá chegar, B apela à acção subversiva no presente: “gender trouble” – a mobilização, a confusão subversiva e a proliferação de géneros e, portanto, de identidades. Daí talvez a sua posição sobre a demanda pela igualdade no casamento como forma de pedir o reconhecimento do estado e como ocultadora de sexualidades não mainstream. O campo a favor e o campo contra participariam da mesma lógica.

Tenho grandes dúvidas quanto à transposição do pensamento crítico de Butler para a acção política. Usando as ideias mesmas dela poderia dizer-se que o símbolo casamento contém a possibilidade de se resignificar através da inclusão de novas categorias de membros. E custa-me imaginar uma política que não assente em subjectividades que participem de identificações colectivas. Talvez o essencialismo estratégico seja aceitável na medida em que reflecta sobre si próprio (já o faz ao definir-se como estratégico) de formas crescentemente queer. Mas uma política à partida queer, nas actuais condições, não será uma política utópica – que imagina, ao contrário do que Butler diz, que é possível estar fora do discurso que nos formou e forma?